

ESMESC

PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA Edital 075/2025 TJSC

ETAPA 1

Direito Administrativo

O Município de Mafra (SC) é proprietário de um casarão antigo, histórico, que é parte integrante da cultura local.

Há lei municipal oficialmente tombando o bem e atribuindo-lhe proteção como patrimônio histórico-cultural da cidade, mas o bem vem sofrendo degradação ao longo dos anos. A municipalidade havia divulgado diversos projetos de restauração, mas não concretizou nenhum deles. Diante dessa omissão, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina ajuizou ação civil pública exigindo a restauração do imóvel, sob pena de multa.

Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça entende que:

- a) A responsabilidade pela preservação de imóvel tombado é solidária entre o proprietário e o ente público instituidor do tombamento, mas a execução deve recair, prioritariamente, sobre o proprietário, sendo a atuação do Poder Público subsidiária. Não há litisconsórcio passivo necessário entre eles.
- b) O tombamento transfere integralmente ao ente público a responsabilidade pela preservação do imóvel, cabendo ao proprietário apenas colaborar com as medidas determinadas em caráter administrativo.
- c) Uma vez divulgados projetos de restauração pelo Poder Público, ainda que não executados, extingue-se o interesse processual em ação civil pública que exija a efetiva recuperação do bem.
- d) O simples ajuizamento de ação civil pública não é cabível em matéria de patrimônio histórico-cultural, uma vez que a proteção do bem tombado deve ser buscada apenas pelas vias administrativas próprias.
- e) A atuação do Ministério Público restringe-se à fiscalização dos atos administrativos de tombamento, não podendo exigir em juízo a adoção de medidas concretas de preservação do imóvel histórico-cultural.

Sobre a competência para ajuizamento da ação de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Possuem competência para ajuizamento a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios quanto a atos ímprobos cometidos no ente federativo respectivo.
- b) A Defensoria Pública possui legitimidade para propor a ação de improbidade administrativa
- c) Somente o Ministério Público é competente para o ajuizamento.
- d) É competente para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa a associação que, concomitantemente: esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil e inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- e) Possuem competência para ajuizamento a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista.

ESMESC

No âmbito das concessões de serviços públicos e do uso de bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) É legal a exigência de retribuição pecuniária pela utilização da faixa de domínio de rodovia estadual concedida em detrimento de concessionária de serviço público essencial, por se tratar de fonte legítima de receita acessória.
- b) O contrato de concessão pode autorizar a concessionária a impor limitações permanentes ao exercício de direitos fundamentais dos usuários, desde que haja previsão legal expressa.
- c) A concessionária, como delegatária de serviço público, pode transferir livremente a execução do serviço a terceiros sem necessidade de prévia anuência do poder concedente.
- d) O poder concedente pode, a seu critério, extinguir unilateralmente a concessão por conveniência administrativa, independentemente de indenização à concessionária.
- e) É ilegal a exigência de retribuição pecuniária pela utilização da faixa de domínio de rodovia estadual concedida em detrimento de concessionária de serviço público essencial.

Sobre a aplicação das alterações promovidas pela Lei n. 14.230/2021 na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/1992), assinale a alternativa CORRETA:

- a) As regras relativas ao reexame necessário da sentença de improcedência ou de extinção do processo sem resolução do mérito aplicam-se retroativamente a todas as sentenças, ainda que anteriores à vigência da Lei n. 14.230/2021, por se tratar de norma processual.
- b) A supressão do reexame necessário pela Lei n. 14.230/2021 impede, inclusive, a apreciação de ofício pelo Tribunal das sentenças já proferidas antes de sua entrada em vigor.
- c) O reexame necessário permanece obrigatório em qualquer hipótese de improcedência ou extinção do processo de improbidade, independentemente da alteração legislativa, por força de princípio constitucional de proteção ao patrimônio público.
- d) A vedação ao reexame necessário da sentença de improcedência ou de extinção do processo sem resolução do mérito, prevista pelos art. 17, § 19, IV, c/c o art. 17-C, § 3º, da Lei de Improbidade Administrativa, com redação dada pela Lei n. 14.230/2021, não se aplica aos processos em curso, quando a sentença for anterior à vigência da Lei n. 14.230/2021.
- e) A Lei n. 14.230/2021 extinguiu o instituto do reexame necessário em matéria de improbidade administrativa, inclusive para decisões interlocutórias, ainda que não haja previsão expressa no texto legal.

No que concerne às sanções aplicáveis em razão de atos de improbidade administrativa, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A perda da função pública por ato de improbidade administrativa não pode atingir servidor já aposentado, pois a cassação de aposentadoria depende de previsão legal expressa na Lei de Improbidade Administrativa.
- b) A Lei de Improbidade Administrativa prevê, de forma taxativa, apenas as sanções nela expressamente descritas, sendo vedada a aplicação de efeitos secundários não previstos em seu texto.

ESMESC

- c) A cassação da aposentadoria somente é possível quando houver previsão simultânea na Lei de Improbidade Administrativa e no Estatuto do Servidor aplicável, não bastando a incidência da sanção de perda da função pública.
- d) As sanções de improbidade administrativa não alcançam servidores aposentados, em respeito ao princípio da segurança jurídica, de modo que a aposentadoria constitui ato jurídico perfeito insuscetível de cassação.
- e) A cassação da aposentadoria de servidor público, como consequência da perda da função pública por ato de improbidade administrativa, é admissível mesmo sem previsão expressa na Lei de Improbidade Administrativa.

Acerca dos cargos em comissão no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 37, V, da CF/88 e da jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) De acordo com o art. 37, V, da Constituição Federal, os cargos em comissão devem ser destinados exclusivamente às funções de direção, chefia e assessoramento.
- b) O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a inconstitucionalidade de normas estaduais que criam cargos em comissão para funções meramente burocráticas ou técnicas, sem vínculo de confiança com a autoridade nomeante.
- c) A criação de cargos comissionados deve observar a proporcionalidade em relação ao número de cargos efetivos existentes, a fim de evitar o desvirtuamento do instituto.
- d) É imprescindível que a lei instituidora dos cargos em comissão descreva, de forma clara e objetiva, as atribuições correspondentes, para viabilizar o controle de constitucionalidade.
- e) É constitucional a criação de cargos em comissão para funções meramente técnicas, desde que prevista em lei e sem necessidade de relação de confiança com o superior hierárquico.

À luz do disposto nos arts. 20 e 26 da Constituição Federal de 1988, acerca da titularidade dos bens públicos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Pertencem aos Estados todas as ilhas fluviais e lacustres, independentemente de sua localização, ainda que situadas em zonas limítrofes com outros países.
- b) São bens da União as águas superficiais ou subterrâneas em depósito, ressalvadas aquelas decorrentes de obras estaduais.
- c) Incluem-se entre os bens dos Estados as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- d) As praias marítimas são bens dos Estados, exceto quando destinadas à exploração turística autorizada pela União.
- e) Os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens dos Estados, cabendo à União apenas a participação nos resultados da exploração.

Correlacione as modalidades de licitação (Coluna I) com suas respectivas definições (Coluna II):

Coluna I – Modalidades de Licitação

- I – Concorrência
- II – Concurso
- III – Leilão
- IV – Pregão
- V – Diálogo competitivo

VI – Credenciamento

Coluna II – Definições

- () Modalidade de licitação para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, cujo critério de julgamento será o de melhor técnica ou conteúdo artístico, e para concessão de prêmio ou remuneração ao vencedor.
- () Processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.
- () Modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- () Modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser: menor preço; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior retorno econômico; ou maior desconto.
- () Modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos, a quem oferecer o maior lance.
- () Modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados, mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

Alternativas:

- a) II – VI – IV – I – III – V
- b) I – II – III – IV – V – VI
- c) IV – II – I – V – III – VI
- d) V – III – IV – VI – I – II
- e) VI – IV – II – I – V – III

A respeito da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei n. 12.305/2010), diversos dispositivos tratam dos princípios e dos instrumentos da PNRS. Assinale a alternativa que indica apenas instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

- a) Prevenção e precaução; responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; ecoeficiência.
- b) Planos de resíduos sólidos; Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR); acordos setoriais.
- c) Direito da sociedade à informação e ao controle social; respeito às diversidades locais e regionais; proporcionalidade.
- d) Desenvolvimento sustentável; poluidor-pagador e protetor-recebedor; visão sistêmica da gestão de resíduos.
- e) Cooperação entre as esferas do poder público; reconhecimento do resíduo sólido como bem econômico e social; razoabilidade.

Em relação à responsabilidade civil do Estado por atos de seus agentes em operações de segurança pública, assinale a alternativa INCORRETA:

ESMESC

- a) O Estado é responsável, na esfera cível, por morte ou ferimento decorrente de operações de segurança pública, nos termos da Teoria do Risco Administrativo.
- b) É ônus probatório do ente federativo demonstrar eventuais excludentes de responsabilidade civil.
- c) A perícia inconclusiva sobre a origem de disparo fatal durante operações policiais e militares não é suficiente, por si só, para afastar a responsabilidade civil do Estado, por constituir elemento indiciário.
- d) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- e) A responsabilidade civil do Estado em operações policiais é subjetiva, sendo indispensável a prova da culpa do agente público para que haja indenização.

Direito Constitucional

Características notáveis das normas constitucionais são as especificidades no processo interpretativo, motivo pelo qual o estudo da hermenêutica jurídica é tão importante para a matéria. Nesse contexto e a respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Por terem nascido para proteção dos indivíduos contra o Estado, os direitos fundamentais não podem ser utilizados nas relações entre particulares.
- b) Normas constitucionais principiológicas necessitam de lei para serem aplicadas.
- c) Não existe hierarquia normativa entre regras e princípios.
- d) Os dados da realidade são irrelevantes no processo interpretativo constitucional.
- e) Novas leis presumem-se inconstitucionais até serem validadas pelo Poder Judiciário.

MARCOS iniciou uma série de publicações em redes sociais em que defende a superioridade do que chamou de “raça branca”, com aberto discurso sobre o retorno da escravidão de pessoas negras, que seriam as causadoras do atual declínio da humanidade. Concomitantemente, passou a visitar perfis de pessoas negras e comentar em várias de suas publicações palavras de baixo calão referentes à cor de suas peles.

Houve pretensão judicial de responsabilização de MARCOS por tais condutas.

A partir desse caso concreto e ainda sobre Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O direito à liberdade de expressão não é absoluto e MARCOS pode ser responsabilizado.
- b) O direito à liberdade de expressão é absoluto e a responsabilização de MARCOS caracterizaria vedada censura.
- c) Apesar de não ser absoluto o direito à liberdade de expressão, a responsabilização de MARCOS caracterizaria vedada censura.
- d) O direito à liberdade de expressão é absoluto e MARCOS pode ser responsabilizado.
- e) O direito à liberdade de expressão não é absoluto, mas MARCOS só pode ser responsabilizado pelo discurso sobre a volta da escravidão, não pelas ofensas.

ESMESC

Assinale a alternativa CORRETA acerca da estrutura federativa brasileira:

- a) Há hierarquia formal entre os entes políticos, razão pelo qual municípios não podem litigar em juízo contra a União.
- b) Estados e municípios detêm soberania.
- c) Estados podem legislar plenamente sobre direito penal, admitida a existência de códigos penais estaduais.
- d) O Distrito Federal possui apenas competências legislativas estaduais.
- e) **Municípios possuem competência para fiscalização ambiental.**

O hipotético Município de Cairão, no hipotético Estado do Marajó, promulgou a Lei Municipal n. 123/2025, que prevê, no âmbito geral do serviço público municipal, redução de metade no critério objetivo de tempo para progressão na carreira, mas apenas para homens e sem nenhum requisito adicional além do gênero.

A partir dessa situação, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A Lei Municipal n. 123/2025 poderia ter sua inconstitucionalidade declarada pelo Supremo Tribunal Federal em Ação Direta de Inconstitucionalidade, mas não pelo Tribunal de Justiça do Estado do Marajó.
- b) **Caso um servidor municipal homem de Cairão ajuizasse ação perante a Vara Única de Cairão para ver declarado seu direito à progressão funcional em metade do tempo, o magistrado poderia, na fundamentação, reconhecer a inconstitucionalidade da Lei Municipal n. 123/2025 e julgar improcedente o pedido.**
- c) Caso a lei fosse federal e um servidor homem quisesse ajuizar ação para ver declarado seu direito à progressão funcional em metade do tempo, a competência necessariamente seria da Justiça Estadual.
- d) Como as ações afirmativas já foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, nada poderia ser feito contra a Lei Municipal n. 123/2025.
- e) Em virtude da cláusula de reserva de plenário, juízes de primeiro grau não podem realizar controle de constitucionalidade.

Os arts. 153 a 156-A da Constituição dividem a competência tributária entre os entes federativos.

A esse respeito, assinale a alternativa CORRETA:

- a) **Compete aos Municípios a instituição do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS ou ISSQN).**
- b) Compete à União a instituição de imposto sobre propriedade de veículos automotores.
- c) Compete aos Estados a instituição de imposto sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;
- d) Compete aos Municípios a instituição de imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza;
- e) Compete aos Estados a instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF).

Acerca do Ministério Público e seus membros, assinale a alternativa CORRETA.

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a divisibilidade e a independência funcional.
- b) O Ministério Público integra a estrutura do Poder Judiciário.

ESMESC

- c) **Membros do Ministério Público podem conduzir investigações criminais, sem participação da Polícia, desde que respeitados os direitos e as garantias dos investigados.**
- d) É função institucional do Ministério Público promover, privativamente, a ação penal privada.
- e) Membros do Ministério Público podem se tornar Desembargadores pelo chamado “quinto constitucional”, oportunidade em que adquirem vitaliciedade após 2 (dois) anos do exercício da judicatura.

De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (CRFB, art. 5º, VI). A esse respeito, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A União pode estabelecer e subvencionar cultos religiosos ou igrejas.
- b) Ninguém pode ser privado de direitos por motivo de crença religiosa, sendo assegurado invocar tais crenças para se eximir de obrigação legal a todos imposta e se recusar a cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- c) No ensino fundamental, o ensino religioso é de matrícula obrigatória.
- d) **É constitucional a utilização de vestimentas ou acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação individual, com rosto visível.**
- e) Os Municípios podem instituir impostos sobre entidades religiosas e templos de qualquer culto.

“Os direitos sociais, como direitos de segunda dimensão, convém lembrar, são aqueles que exigem do Poder Público uma atuação positiva, uma forma atuante de Estado, prioritariamente na implementação da igualdade social dos hipossuficientes. São, por esse exato motivo, conhecidos também como direitos a prestação, ou direitos prestacionais” (TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 22. ed. Rio de Janeiro: SaraivaJur, 2024. E-book. p. 734). Nessa perspectiva, assinale a alternativa CORRETA.

- a) **Na estrutura constitucional brasileira, a seguridade social compreende a saúde, a assistência social e a previdência social.**
- b) O Regime Geral de Previdência Social é de caráter não contributivo e de filiação facultativa.
- c) A assistência à saúde é vedada à iniciativa privada.
- d) A assistência social é prestada a quem dela necessitar, desde que haja contribuição à seguridade social.
- e) É diretriz do Sistema Único de Saúde a centralização, com direção única em cada esfera de governo.

No tocante à nacionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Maria Antônia, brasileira naturalizada, não pode perder a nacionalidade brasileira se praticar ato que atente contra a ordem constitucional e o Estado Democrático, mesmo por sentença judicial.
- b) Vítor, brasileiro naturalizado, pode a qualquer tempo requerer a perda da nacionalidade brasileira à autoridade competente. Seu pedido deve ser deferido mesmo em situações que acarretem apatridia.

ESMESC

- c) Maria Luiza, nascida na França enquanto sua mãe brasileira estava a serviço de uma empresa privada, é necessariamente brasileira nata.
- d) Vinícius, brasileiro naturalizado, pode se tornar Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- e) Catarina, nascida no Brasil enquanto seus pais austríacos estavam visitando o país a passeio, é considerada brasileira nata.

Carla é casada com Renato, que atualmente cumpre pena privativa de liberdade em regime fechado em razão da prática dos crimes de homicídio qualificado e tráfico interestadual de drogas. Nesse cenário, toda semana Carla se dirige ao estabelecimento penal para visitar o marido. Atualmente, tomou conhecimento de que as regras de visitação foram alteradas e, por isso, está com receio dos procedimentos que podem ser adotados no local. Sobre o tema, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Em visitas sociais nos presídios ou estabelecimentos de segregação, é admissível a realização de exames invasivos e de revista íntima vexatória com o desnudamento de visitantes, de modo a garantir a segurança pública e impedir o porte de objetos proibidos.
- b) A revista íntima para ingresso em estabelecimentos penais é admitida de forma excepcional e pode ser realizada em qualquer local da unidade prisional, por qualquer servidor disponível no momento da visitação, de modo a garantir a segurança pública e impedir o porte de objetos proibidos.
- c) O excesso ou abuso na realização da revista íntima não acarreta responsabilidade do agente público que assim proceder.
- d) A autoridade administrativa, de forma fundamentada e por escrito, tem o poder de não permitir a visita diante da presença de indício robusto de ser a pessoa visitante portadora de qualquer item corporal oculto ou sonegado, especialmente de material proibido, como produtos ilegais, drogas ou objetos perigosos.
- e) É vedada a instalação de equipamentos como scanners corporais, esteiras de raio X e portais detectores de metais em estabelecimento penais.

Direito Civil

Considerando as disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro acerca do conflito de leis no tempo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
- b) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule ainda que parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.
- c) A lei nova, que estabeleça disposições gerais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
- e) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

Acerca da personalidade e capacidade, assinale a opção CORRETA à luz do Código Civil:

ESMESC

- a) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: os maiores de 16 (dezesseis) e menores de 21 (vinte e um) anos; os ébrios habituais e os viciados em tóxico; aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; e os pródigos.
- b) A menoridade cessa aos 16 (dezesseis) anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.
- c) Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver 14 (quatorze) anos completos.
- d) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.
- e) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.

Assinale a alternativa que não corresponde a requisito de validade do negócio jurídico elencado pelo Código Civil:

- a) Agente capaz.
- b) Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.
- c) Prazo prescrito em lei.
- d) Forma prescrita em lei.
- e) Forma não defesa em lei.

Após grave acidente doméstico com a filha pequena, Antônio se dirigiu a uma clínica médica particular com a menina nos braços e concordou em pagar quantia exorbitante para submetê-la à cirurgia, ante a alegação do médico de que somente fará a cirurgia mediante o prévio pagamento.

Assinale a alternativa que indica, em tese, o defeito do negócio jurídico.

- a) Erro.
- b) Dolo.
- c) Coação.
- d) Estado de perigo.
- e) Lesão.

A respeito dos institutos da prescrição e decadência, é CORRETO afirmar que:

- a) A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, antes que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.
- b) Não corre a prescrição e a decadência contra os menores de 16 (dezesseis) anos.
- c) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo maior.
- d) É nula a renúncia à decadência fixada pelas partes.
- e) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, ainda quando estabelecida pelas partes.

São direitos reais descritos no Código Civil, EXCETO:

- a) O usufruto.
- b) As servidões.
- c) A posse.
- d) O direito do promitente comprador do imóvel.

e) A propriedade.

A respeito das disposições do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990), assinale a alternativa CORRETA:

- a) Consumidor é apenas a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- b) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- c) **Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.**
- d) O fornecedor de serviços responde, quando demonstrada a culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.
- e) Prescreve em três anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Considerando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990) a respeito do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, assinale a opção ERRADA.

- a) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, em caráter excepcional, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.
- b) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, nas modalidades de guarda, tutela ou adoção.
- c) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- d) **Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, desde que haja autorização judicial.**
- e) A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo bastante para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Assinale a opção que preenche, CORRETA E RESPECTIVAMENTE, as lacunas dos trechos abaixo, conforme as disposições do Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/2003). O Estatuto do Idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a ____ anos. Aos maiores de ____ anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semiurbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e

ESMESC

na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a ____ anos, em qualquer instância.

- a) 60 – 60 – 60
- b) 65 – 60 – 65
- c) 60 – 65 – 60
- d) 65 – 65 – 60
- e) 60 – 65 – 65

Em razão de acidente de trânsito em que se envolveram, Maria ajuizou ação contra José, causador do dano, na qual requereu a condenação do réu ao pagamento de indenização por dano material, moral, estético e pensão mensal. Conforme súmula do Superior Tribunal de Justiça,

- a) É possível a cumulação de indenizações por dano material e moral oriundos do acidente de trânsito.
- b) É ilícita a cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.
- c) Eventual condenação ao pagamento de indenização por dano moral em montante inferior ao postulado na inicial implica sucumbência recíproca.
- d) O réu pode ser condenado ao pagamento de indenização por dano material, moral e estético, mas não de pensão mensal, sob pena de *bis in idem*.
- e) Caso Maria fosse pessoa jurídica, não poderia requerer a indenização por dano moral.

Direito Penal

Sobre a aplicação da lei penal, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O princípio da *abolitio criminis* indica a supressão formal do tipo, de modo que o fato permanece punível, apenas migrando para outro tipo penal.
- b) É possível que o magistrado, no caso concreto, combine leis penais para beneficiar o acusado, em homenagem ao princípio do *tempus regit actum*.
- c) É admitido o fenômeno da extra-atividade da lei penal, ou seja, que a lei penal se movimente no tempo.
- d) A ultratividade significa que a lei posterior benéfica retroage para alcançar fatos anteriores quando já existia.
- e) Ninguém pode ser punido por fato que lei anterior deixa de considerar crime, continuando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Durante uma festa em uma chácara, três amigos – Carlito, Eduzinho e Fefê – envolvem-se em uma discussão com Jhonny Bravo, um conhecido pistoleiro da região. A situação ocorre da seguinte forma:

-Carlito, irritado com a provocação de Jhonny Bravo, saca uma arma de fogo e dispara contra ele, causando a sua morte imediata.

-Eduzinho está ao lado de Carlito, instigando-o a “resolver isso de uma vez”: “Faz logo cara, é você ou ele!”.

-Fefê, a fim de proteger o amigo Carlito, grita: “Deixa morrer! Ele mereceu!”, impedindo que os demais chamem o socorro. Após, tranca o portão da chácara para dificultar a entrada da ajuda.

Com base na situação, analise os itens abaixo:

ESMESC

- I. Carlito cometeu o crime de homicídio por motivo fútil e com recurso que dificultou a defesa da vítima.
- II. Eduzinho não pode responder como partícipe (art. 29 do Código Penal), pois não praticou atos executórios.
- III. Fefê pode responder por homicídio a título de dolo eventual, já que assumiu o risco de morte ao impedir o socorro.
- IV. Carlito pode alegar a excludente da legítima defesa, pois na sua mente imaginou que, diante da fama de pistoleiro, Jhonny Bravo poderia ter consigo uma arma de fogo.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Nenhum dos itens está correto.
- e) Todos os itens estão corretos.

De acordo com a teoria finalista, adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro, o dolo e a culpa são elementos integrantes da conduta, influenciando diretamente na tipicidade penal. Ressalta-se que, para que uma conduta seja punida a título culposos, é indispensável que haja previsão legal expressa.

Acerca do dolo e da culpa assinale a alternativa INCORRETA:

- a) No dolo eventual, o agente prevê um resultado e acredita que ele não ocorrerá, confiando em sua habilidade para evitá-lo. Trata-se da teoria do consentimento.
- b) Na culpa inconsciente, o agente não prevê um resultado que era previsível a qualquer pessoa de diligência mediana. É a chamada culpa sem previsão. É o exemplo de atropelar um pedestre por estar desatento.
- c) O dolo direto é formado pelos elementos intelectual (saber) e volitivo (querer), o que corresponde à teoria da vontade.
- d) Na culpa consciente, o agente prevê o resultado, mas acredita sinceramente que ele não ocorrerá, confiando em sua habilidade ou nas circunstâncias. Por isso, é chamada de culpa com previsão.
- e) A culpa imprópria, por equiparação ou por assimilação é aquela em que o agente, por erro evitável, imagina situação de fato que, se existente, excluiria a ilicitude de seu comportamento. Assim, provoca intencionalmente o resultado ilícito. Trata-se da discriminante putativa por erro de fato.

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o conteúdo de uma súmula penal do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ainda que complementado:

- a) A conduta de permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa que não seja habilitada, ou que se encontre em qualquer das situações previstas no art. 310 do CTB só será considerada criminosa se houver lesão corporal ou perigo concreto de dano na condução do veículo.
- b) A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha. No entanto, é possível a suspensão condicional da pena quando praticado crime com violência ou grave ameaça.
- c) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes praticados contra a administração pública, salvo se o valor envolvido for inferior a um salário-mínimo.

- d) Em regra, é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base, podendo ser admitida, de forma excepcional, desde que devidamente fundamentada no caso concreto pelo magistrado.
- e) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e desde que não haja perseguição imediata ou recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

O Supremo Tribunal Federal decidiu pela descriminalização do porte de maconha para consumo pessoal, estabelecendo um critério de 40g ou de seis plantas fêmeas, a fim de diferenciar usuários e traficantes.

Acerca da Lei de Drogas, é CORRETO afirmar:

- a) Não é uma causa de aumento prevista na Lei de Drogas o fato de o crime de tráfico ter sido com violência ou grave ameaça, podendo a circunstância ser considerada na primeira fase da dosimetria da pena (art. 59 do CP).
- b) O indiciado ou acusado que colaborar voluntariamente com a investigação policial e o processo criminal na identificação dos demais coautores ou partícipes do crime e na recuperação total ou parcial do produto do crime, no caso de condenação, terá pena reduzida de um a dois quintos.
- c) Nos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37, dar-se-á o livramento condicional após o cumprimento de dois terços da pena, vedada sua concessão ao reincidente específico.
- d) É crime a conduta de associarem-se três ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei: Pena - reclusão, de 3 (três) a 10 (dez) anos, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.
- e) Nos delitos definidos no caput e no § 1º do art. 33, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, vedada a conversão em penas restritivas de direitos, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Acerca da legislação penal especial, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Para efeito dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, a expressão “cena de sexo explícito ou pornográfica” compreende qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais de uma criança ou adolescente para fins primordialmente sexuais.
- b) Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei n. 9.099, de 26 de setembro de 1995.
- c) Na Lei dos Crimes Ambientais, são exemplos de circunstâncias que agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime: em período de defeso à fauna; à noite; em domingos ou feriados; mediante fraude ou abuso de confiança; facilitada por funcionário público no exercício de suas funções.
- d) São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração: com dano potencial para duas ou mais pessoas ou com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros; utilizando o veículo sem placas, com placas falsas ou adulteradas; com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo.

ESMESC

e) Dentre as espécies dos crimes de tortura, chama-se tortura castigo quando o agente, com violência ou grave ameaça, causa sofrimento físico ou mental à vítima com o objetivo de: provocar uma ação ou omissão criminosa.

Relacione as colunas, assinalando a alternativa CORRETA:

- (1) Crime consumado
- (2) Crime tentado
- (3) Desistência voluntária
- (4) Arrependimento eficaz
- (5) Arrependimento posterior
- (6) Crime impossível

() Carlos começa a envenenar a bebida de sua vítima, mas, antes que ela consuma, arrepende-se e joga o copo fora.

() Maria tenta furtar uma bolsa em uma loja, mas é surpreendida pelo segurança antes de conseguir sair com o objeto.

() João, com intenção de matar Pedro, dispara contra ele e o atinge fatalmente. Pedro morre no local.

() Carla tenta furtar uma carteira dentro de uma bolsa deixada em uma sala, mas a bolsa está vazia.

() Paulo furta um celular e, arrependido, devolve o objeto à vítima antes do recebimento da denúncia.

() Ana aplica golpes em uma vítima com intenção de matar, mas, após perceber a gravidade, presta socorro imediato e salva a vida da pessoa.

Selecione a ordem correta das alternativas:

- a) 3, 2, 1, 6, 5, 4
- b) 4, 1, 2, 5, 3, 6
- c) 5, 2, 1, 3, 4, 6
- d) 3, 1, 2, 6, 5, 4
- e) 4, 2, 1, 6, 5, 3

A Lei dos Crimes Hediondos surgiu como resposta ao sequestro do empresário Abílio Diniz e ao assassinato da atriz Daniella Perez, impulsionando a criação de leis mais severas para coibir a criminalidade no país. Sobre a referida lei, assinale a alternativa CORRETA:

a) A lei tem por fundamento o art. 5º, XLVIII, da Constituição Federal, que prevê que os crimes hediondos, tortura, tráfico de drogas e terrorismo são afiançáveis e insuscetíveis de graça e anistia.

b) O crime do art. 157, § 3º, do Código Penal é hediondo apenas na modalidade *in fine*, ou seja, com resultado morte.

c) É crime hediondo o furto qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.

d) É crime hediondo a lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas: contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal ou integrantes do sistema prisional ou da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até segundo grau, em razão dessa condição.

e) Todas as espécies de homicídio, simples e qualificado, são considerados como hediondos.

Durante investigação conduzida pelo Delegado Antônio, apura-se que Rafael, Tatiane, Lucas e Marcelo integram o PGC: Rafael é o responsável pela negociação com fornecedores e pela logística de transporte. Tatiane atua como gerente financeira, ocultando valores em empresas de fachada. Lucas é encarregado de recrutar “mulas”. Marcelo, advogado, orienta juridicamente o grupo, elabora contratos fictícios e presta assistência para dificultar investigações.

Na operação denominada “Chama branca”, são apreendidos 50kg de cocaína no veículo conduzido por Zé Ninguém – velho conhecido de Lucas e que rotineiramente faz o transporte –, que se deslocava da Capital até Jaraguá do Sul. Ele é preso, e a defesa alega que ele está em estado de necessidade e que não pode ser preso.

Com base na Lei de Drogas e na Lei de Organizações Criminosas, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Zé Ninguém não pode ser responsabilizado por organização criminosa, pois somente participou do transporte da substância.
- b) A atuação de Marcelo configura apenas exercício regular da profissão, sendo incompatível com a tipificação penal prevista na Lei de Drogas.
- c) A Lei de Organizações Criminosas não se aplica a crimes previstos na Lei de Drogas, pois esta já prevê a figura da associação para o tráfico.
- d) **Considera-se organização criminosa a associação de quatro ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional.**
- e) A Lei n. 12.850/2013 foi responsável por alterar o art. 288 do Código Penal, ao não mais prever o crime de “quadilha ou bando”, que passou a ser chamado de “associação criminosa” e exige a presença de ao menos dois agentes.

Sobre a Parte Especial do Código Penal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O juiz pode deixar de aplicar a pena: quando o ofendido, de forma reprovável, provocou diretamente a injúria.
- b) Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade, tem a pena aumentada de metade se o crime é cometido contra mulher, por razões da condição do sexo feminino.
- c) No peculato culposo, a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta.
- d) A pena do crime de feminicídio é aumentada de 1/3 até a metade se a vítima é pessoa com deficiência ou com doença que acarrete condição limitante ou de vulnerabilidade física ou mental.
- e) **É isento de pena quem comete crime patrimonial em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal, e de irmão, legítimo ou ilegítimo.**

Direito Processual Civil

ESMESC

Acerca da carga principiológica que rege o Direito Processual Civil, analise as seguintes assertivas:

- I. A Constituição Federal de 1988 possui aplicação subsidiária no sistema processual civil brasileiro.
- II. Conforme o Código de Processo Civil, na aplicação do ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências dos bens individuais.
- III. O princípio da não surpresa comporta exceções.
- IV. O juiz não pode agir ativamente no processo civil, sob pena de quebra da sua imparcialidade.
- V. A ausência de publicidade dos julgamentos pode acarretar vício processual grave.

Estão INCORRETAS:

- a) Somente I, III, IV e V.
- b) Somente II, III, IV e V.
- c) Somente I e IV.
- d) Somente I, II e IV.
- e) Somente a IV.

Sobre a competência, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As incompetências relativa e absoluta devem ser alegadas em preliminar de contestação, sob pena de preclusão.
- b) Dá-se o conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes declaram-se incompetentes para o julgamento do processo.
- c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, mas, na ausência de domicílio certo, utilizar-se-á como primeiro critério para fixação da competência o foro do local de qualquer dos bens do espólio.
- d) Embora prevista expressamente na legislação, a condição de vulnerabilidade da mulher vítima de violência doméstica não é um critério de fixação de competência *ratione personae*.
- e) É concorrente a competência do foro de domicílio do autor ou do réu para a ação fundada em direito possessório sobre imóvel.

É CORRETO afirmar:

- a) Verificada a incapacidade de uma das partes, o juiz extinguirá o processo, podendo, entretanto, conceder prazo para saneamento do vício.
- b) Os Municípios e os Estados serão, obrigatoriamente, representados em juízo por meio de seus procuradores.
- c) A litigância predatória, ainda que não prevista expressamente no diploma processual civil, admite a imposição de sanções processuais, inclusive de ofício.
- d) Concedida a gratuidade da justiça, haverá isenção de eventuais multas que sejam aplicadas.
- e) É possível a denúncia da lide do afiançado, na ação em que o fiador for réu.

João e Marcos celebraram, em agosto de 2022, contrato escrito de prestação de serviços de jardinagem, por 12 (doze) meses, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, no qual João deveria prestar os serviços pessoalmente. Os

ESMESC

serviços foram prestados e remunerados normalmente até fevereiro de 2023, quando Marcos passou a contestar o contrato, dizendo que jamais havia assinado a avença e, portanto, não desejava mais a prestação do serviço. Diante do prejuízo iminente, João procurou um advogado e ingressou, imediatamente, com ação para declarar a autenticidade do contrato e das assinaturas nele apostas. Diante desse cenário, considere:

- I. O pedido judicial feito por João é juridicamente impossível.
- II. Tendo em vista a natureza do pleito apresentado por João, não é lícita a apresentação de reconvenção pelo réu.
- III. Se Marcos sustentar que houve preenchimento abusivo do contrato, caberá a ele o ônus da prova de tal arguição.
- IV. Por ser revogável, a eventual confissão apresentada pelo réu em contestação poderá ser por ele revista até a prolação da sentença.
- V. O valor da causa deve corresponder ao valor do contrato.

Estão INCORRETAS:

- a) Somente I, III e IV;
- b) Somente I, II e IV;**
- c) Somente II, IV e V;
- d) Somente II, III, IV e V;
- e) Somente I, II, IV e V.

Assinale a alternativa CORRETA sobre a legislação processual civil:

- a) Porque o processo de execução se desenvolve no interesse do credor, não é lícito ao juiz proferir atos de ofício neste procedimento.
- b) A fraude à execução não é um vício que recai sobre a validade do ato.**
- c) Demandado em execução, o fiador que renuncia ao benefício de ordem não pode sustentar a impenhorabilidade legal dos seus bens.
- d) É preferível a penhora de imóveis a veículos de via terrestre.
- e) A adjudicação de bens processa-se, via de regra, por leilão.

Correlacione os princípios da Coluna I com os respectivos significados da Coluna II.

Coluna I – Princípios

- 1. Oralidade
- 2. Simplicidade
- 3. Informalidade
- 4. Economia processual
- 5. Celeridade

Coluna II – Significados

- () Rápida solução dos litígios, mediante simplificação dos atos, redução de prazos e estímulo à conciliação.
- () Predomínio da forma verbal na prática dos atos processuais, ainda que certos atos relevantes, como a sentença, devam ser reduzidos a termo escrito.
- () Realização dos atos sem rigor excessivo de formas, privilegiando a finalidade sobre o formalismo.

ESMESC

- () Busca de máxima efetividade do processo com o mínimo de atos, concentrando diligências em uma única audiência, sempre que possível.
- () Desburocratização do procedimento, afastando ritos complexos e exigências desnecessárias, desde que preservados contraditório e ampla defesa.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) 5 – 1 – 3 – 4 – 2
- b) 1 – 2 – 3 – 4 – 5
- c) 2 – 4 – 1 – 5 – 3
- d) 3 – 5 – 1 – 4 – 2
- e) 1 – 3 – 5 – 2 – 4

João, comerciante, vendeu mercadorias para Carlos, que emitiu um cheque como forma de pagamento. O cheque, porém, prescreveu sem ter sido apresentado para execução. João ajuizou ação monitória para cobrar o valor, instruindo a inicial apenas com a própria cártula. No curso do processo, verificou-se que Carlos estava em local incerto e não sabido, razão pela qual o juiz cogitou a possibilidade de citação por edital. Paralelamente, Pedro, outro fornecedor, ajuizou ação monitória contra a Fazenda Pública, visando receber valores decorrentes de fornecimento de material. A Fazenda Pública apresentou embargos e, na oportunidade, apresentou reconvenção.

Com base nas súmulas do STJ sobre ação monitória, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A ação monitória fundada em cheque prescrito exige a demonstração do negócio jurídico que originou a emissão da cártula.
- b) Em ação monitória não é possível a citação por edital, ainda que o devedor esteja em local incerto.
- c) É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública, desde que devidamente instruída com documentos hábeis.
- d) Não é admitida a reconvenção em ação monitória.
- e) O prazo prescricional para ajuizar a ação monitória contra o emitente de cheque sem força executiva é de 10 anos.

Conforme o art. 58 da Lei n. 8.245/1991 (Lei de Locações), assinale a alternativa correta:

- a) Os processos de despejo e revisionais de aluguel ficam suspensos durante as férias forenses.
- b) Nas ações de locação, é competente o foro do domicílio do locador, salvo cláusula em contrário.
- c) O valor da causa nas ações de locação corresponde sempre ao valor do imóvel atualizado.
- d) Os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito meramente devolutivo.
- e) As citações e intimações nessas ações só podem ser realizadas pessoalmente por Oficial de Justiça.

Após fortes temporais em Santa Catarina, uma enchente destruiu casas, contaminou rios e afetou gravemente a saúde da população. Diversos legitimados cogitaram ajuizar ação civil pública para reparação dos danos coletivos:

ESMESC

- I. O Ministério Público Estadual, invocando a proteção ao meio ambiente.
- II. A Defensoria Pública Estadual, pretendendo atuar de forma autônoma em defesa das famílias de baixa renda atingidas.
- III. A autarquia estadual de meio ambiente.
- IV. A Associação Amigos do Rio, criada formalmente há 8 meses, cujo estatuto prevê a proteção ambiental.
- V. A Associação Defesa Verde, criada há mais de 2 anos, cujo estatuto prevê finalidade para realização de atividades culturais e esportivas.

À luz do art. 5º da Lei n. 7.347/1985 (Lei da Ação Civil Pública), possui(em) legitimidade:

- a) Apenas I e III.
- b) Apenas II e IV.
- c) Apenas I e II.
- d) Apenas I, II, III e IV.
- e) Apenas I, II e III.

A respeito dos embargos de terceiro, assinale a alternativa CORRETA nos termos de Súmula do Superior Tribunal de Justiça:

- a) Não é cabível a oposição de embargos de terceiro fundados em compromisso de compra e venda desprovido de registro no Cartório de Imóveis, por ausência de prova da propriedade.
- b) O cônjuge do executado, intimado da penhora de imóvel do casal, não possui legitimidade para defender sua meação por meio de embargos de terceiro, devendo intervir nos próprios autos da execução.
- c) Em sede de embargos de terceiro, é possível pleitear a anulação de ato jurídico praticado com fraude contra credores.
- d) Admite-se a oposição de embargos de terceiro por promissário comprador que detém a posse do imóvel, ainda que o contrato não esteja registrado.
- e) O cônjuge do executado não pode se valer dos embargos de terceiro, ainda que se trate de defesa de sua meação, pois a execução se limita ao patrimônio do devedor.

Direito Processual Penal

Sobre a atuação do Juiz de Garantias, assinale a alternativa INCORRETA com base tanto no Código de Processo Penal quanto no entendimento do Supremo Tribunal Federal:

- a) Deve ser informado sobre a instauração de qualquer investigação penal.
- b) Não atuará nas causas envolvendo violência doméstica e crime doloso contra a vida.
- c) Determinará o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.
- d) Sua competência cessará após o recebimento da denúncia.
- e) Poderá, excepcionalmente, realizar audiência de custódia por videoconferência.

Assinale a alternativa CORRETA sobre o acordo de não persecução penal:

- a) Será cabível quando a pena mínima for igual ou inferior a 1 ano.
- b) Poderá ser proposto nos procedimentos submetidos ao rito dos Juizados Especiais Criminais.

c) É obrigatório que o indiciado confesse a prática do delito para que o Juiz possa homologar o acordo.

d) A aceitação do acordo importará em reincidência para fins penais.

e) O Juiz não poderá recusar a homologação do acordo em nenhuma hipótese, visto que se trata de prerrogativa do Ministério Público e/ou querelante.

Sobre a competência penal, indique a alternativa CORRETA:

I. Em regra, nos crimes consumados, a competência se dá com base no local da consumação da infração penal.

II. O domicílio do réu não pode ser utilizado para fixar a competência.

III. Há conexão quando duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração.

IV. No concurso de jurisdições da mesma categoria, preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.

a) I e IV estão corretas.

b) II, III e IV estão corretas.

c) I e III estão corretas.

d) Apenas I está correta.

e) III e IV estão corretas.

Aponte a alternativa INCORRETA quanto às medidas assecuratórias:

a) Caberá sequestro tanto de bens móveis quanto imóveis.

b) O sequestro poderá ser embargado, mas não poderá haver decisão nesses embargos antes de passar em julgado a sentença condenatória.

c) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria.

d) O juiz determinará a alienação antecipada para preservação do valor dos bens sempre que estiverem sujeitos a qualquer grau de deterioração ou depreciação, ou quando houver dificuldade para sua manutenção.

e) O terceiro não tem legitimidade para opor embargos, apenas o acusado possui tal prerrogativa.

Sobre medidas cautelares e prisão, assinale a alternativa CORRETA.

a) As medidas cautelares serão decretadas pelo juiz, de ofício, ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.

b) Após receber o auto de prisão em flagrante, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, prorrogável uma única vez por mais 24 (vinte e quatro) horas, o juiz deverá promover audiência de custódia com a presença do acusado, seu advogado constituído ou membro da Defensoria Pública e o membro do Ministério Público.

c) Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for maior de 60 (sessenta) anos.

d) Ocorrerá flagrante próprio quando o agente está cometendo a infração penal ou acaba de cometê-la.

e) Poderá ser concedida fiança nos crimes de tortura, porém não nos de racismo.

Em relação aos procedimentos criminais, responda a alternativa INCORRETA.

ESMESC

- a) Os processos que apurem a prática de crime hediondo ou violência contra a mulher terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.
- b) O procedimento será sumário quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 4 (quatro) anos de pena privativa de liberdade.
- c) Nos procedimentos ordinário, sumário e sumaríssimo, oferecida a denúncia ou queixa, o juiz, se não a rejeitar liminarmente, recebê-la-á e ordenará a citação do acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.
- d) Na instrução do procedimento ordinário, poderão ser inquiridas até 8 (oito) testemunhas arroladas pela acusação e 8 (oito) pela defesa.
- e) Aplicam-se subsidiariamente aos procedimentos especial, sumário e sumaríssimo as disposições do procedimento ordinário.

Assinale a alternativa correta sobre o procedimento relativo aos processos de competência do Tribunal do Júri, sendo V para VERDADEIRO e F para FALSO.

- () O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de prova suficiente de autoria ou de participação.
- () Se na fase do sumário de culpa a Defesa sustentar unicamente a inimizabilidade do réu, é possível que o Juiz, desde já, absolva sumariamente aquele.
- () Contra a sentença de impronúncia caberá recurso em sentido estrito.
- () Impronunciado o acusado, enquanto não ocorrer a extinção da punibilidade, poderá ser formulada nova denúncia ou queixa se houver prova nova.

- a) V – V – F – V
- b) F – V – F – F
- c) F – F – V – V
- d) F – V – F – V
- e) V – F – V – F

Sobre as nulidades, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Conforme entendimento dos Tribunais Superiores, o prejuízo deverá ser comprovado nas nulidades relativas, porém será presumido, sem necessidade de prova, nas nulidades absolutas.
- b) As omissões da denúncia poderão ser supridas desde que ainda não recebida.
- c) A nulidade de um ato, uma vez declarada, causará a dos atos que dele diretamente ou indiretamente dependam ou sejam consequência.
- d) Conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, no processo penal, a falta da defesa ou sua deficiência constitui nulidade absoluta.
- e) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.

Quanto aos recursos criminal, indique a alternativa INCORRETA.

- a) É cabível recurso em sentido estrito da decisão que reconhecer a prescrição da pretensão punitiva.
- b) Quando cabível a apelação, não poderá ser usado o recurso em sentido estrito, ainda que somente de parte da decisão se recorra.
- c) Os embargos de declaração poderão ser opostos em até 2 dias contados da publicação da decisão.

ESMESC

d) A revisão criminal será admitida quando a sentença condenatória se fundar em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos e poderá ser proposta até a data da extinção da pena.

e) Será cabível a interposição de carta testemunhável da decisão que denegar o recurso.

Assinale a alternativa que não corresponda a entendimento sumulado pelos Tribunais Superiores.

a) Em razão da Lei n. 13.964/2019, não é mais possível ao juiz, de ofício, decretar ou converter prisão em flagrante em prisão preventiva.

b) O mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.

c) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor, pouco importando a entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público.

d) É cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.

e) É de cinco dias o prazo para interposição de agravo contra decisão do juiz da execução penal.